



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 6, N. 8, março/2026



**Universidade
de Fortaleza**



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 6, N. 8, março/2026

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

Coordenador do Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 59ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Lara Silva Bezerra, egressa do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, intitulado **“Participação Feminina na Profissão de Economista no Brasil: Evolução Quantitativa e Disparidades de Remuneração (2014-2023)”**. Na sequência da presente edição o leitor encontrará um panorama sobre a economia internacional e nacional com projeções do PIB das principais economias para o biênio 2026-2027; o comportamento da taxa de câmbio, da Selic, da inflação e do mercado de trabalho. Destaque especial no presente documento para as previsões elaboradas para o PIB do Brasil e do Ceará para os anos de 2026 e 2027 em três cenários possíveis: pessimista, provável e otimista.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PROFISSÃO DE ECONOMISTA NO BRASIL: EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E DISPARIDADES DE REMUNERAÇÃO (2014-2023)

Lara Silva Bezerra¹

A inserção da mulher no mercado de trabalho avançou nas últimas décadas, acompanhada pela expansão do acesso à educação superior. Contudo, a carreira de Ciências Econômicas no Brasil ainda revela barreiras estruturais que limitam a conversão desses avanços educacionais em equidade profissional. Nesse contexto, foi realizado um estudo que analisou a evolução quantitativa da participação feminina na profissão de economista e as disparidades de remuneração entre os gêneros no período de 2014 a 2023, utilizando microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Os resultados indicam que o cenário da profissão se mostra desafiador para a retenção de talentos. Houve uma retração geral de aproximadamente 10,67% no estoque de empregos formais para economistas no período analisado. Essa queda, no entanto, não atingiu homens e mulheres de forma igualitária: enquanto o contingente masculino encolheu 9,49%, o número de mulheres sofreu contração significativamente mais acentuada, de 12,41%. Esse esvaziamento desproporcional ilustra o conceito conhecido na literatura como "duto furado" (leaky pipeline), segundo o qual a profissão não consegue reter e promover o capital humano feminino na mesma proporção que o masculino, dificultando o caminho para a paridade de gênero.

A pesquisa revelou, ainda, significativa heterogeneidade regional na composição de gênero da profissão. Estados fora do principal eixo financeiro do país, como Mato Grosso, Amapá e Paraíba, apresentam quadro de equilíbrio ou até mesmo de maioria feminina entre os economistas atuantes. Em contrapartida, grandes centros econômicos e tomadores de decisão, como o Distrito Federal, o Rio de Janeiro e São Paulo, exibem os menores percentuais de participação feminina. Esse fenômeno pode ser explicado, em parte, pelo maior peso do setor público nas economias locais daqueles estados, uma vez que processos de seleção via concurso público se baseiam em critérios objetivos e tendem a mitigar os vieses de gênero que permeiam as seleções do setor privado.

Para as profissionais que conseguem se manter ativas no mercado, o desafio seguinte é a barreira invisível do "teto de vidro". A análise das médias salariais ao longo da década confirmou a permanência de um hiato remuneratório desfavorável às mulheres. Durante o período analisado, a diferença de remuneração entre os gêneros oscilou em patamares superiores a 20%, sem demonstrar tendência consistente de redução. A pesquisa revela, ademais, uma dupla desvantagem feminina nas regiões mais ricas: é justamente nos grandes centros financeiros, onde os salários são substantivamente mais altos, que as economistas convivem com a menor representatividade e com as disparidades salariais mais severas.

A conclusão central do estudo é que o avanço educacional e a graduação, por si sós, não têm sido suficientes para eliminar as assimetrias de gênero no mercado de trabalho dos economistas. A superação dessas barreiras demanda reestruturação das práticas organizacionais e das políticas corporativas, com a adoção de processos de recrutamento e promoção mais transparentes e os vieses inconscientes.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Unifor.

CENÁRIO MUNDIAL

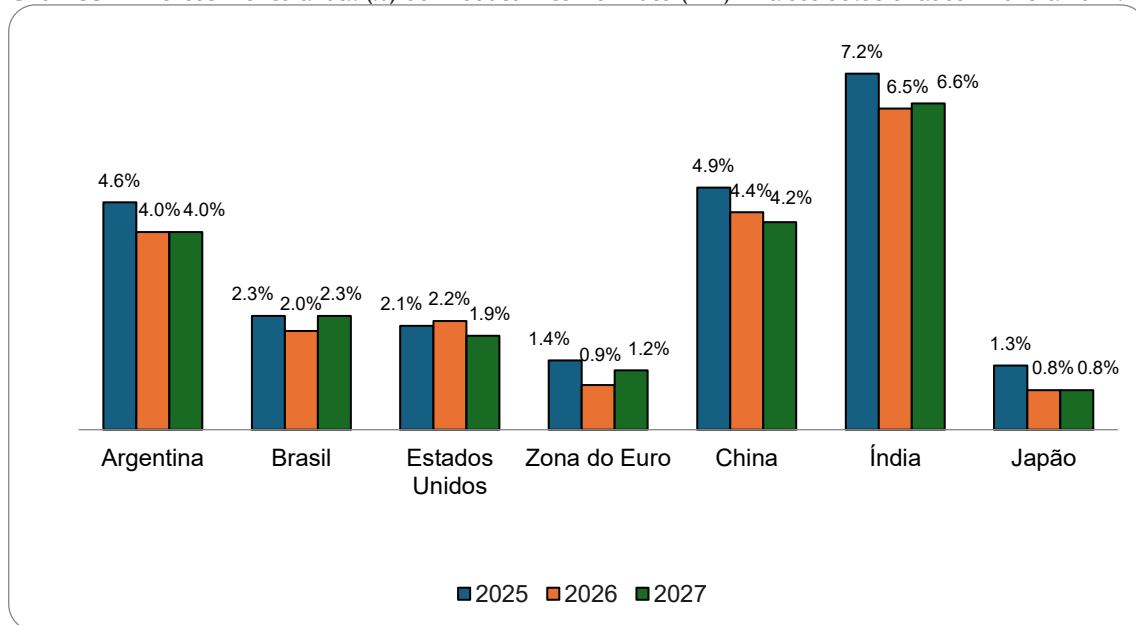
A economia internacional apresenta um cenário de crescimento moderado no triênio 2025-2027, marcado por incertezas geopolíticas, condições financeiras ainda restritivas em diversas regiões e clara divergência de desempenho entre economias desenvolvidas e emergentes.

Conforme dados do Banco Mundial, entre as economias desenvolvidas, os Estados Unidos mantêm trajetória de crescimento, com avanço do PIB de 2,1% em 2025, 2,2% em 2026 e leve desaceleração para 1,9% em 2027. Ainda assim, o país permanece exposto aos efeitos de uma política monetária contracionista, uma vez que a inflação segue fora da meta.

Na Zona do Euro, a expansão se mostra mais contida, com crescimento de 1,4% em 2025, e projeção de 0,9% em 2026 e leve avanço para 1,2% em 2027, refletindo os efeitos prolongados das políticas monetárias contracionistas e o ritmo ainda gradual de retomada do investimento.

Entre as economias asiáticas analisadas, o Japão apresenta crescimento limitado, com 1,3% em 2025 e 0,8% tanto em 2026 quanto em 2027, influenciado por fatores estruturais, como o envelhecimento populacional e o baixo dinamismo da produtividade. A China mantém taxas de crescimento relativamente elevadas, embora em trajetória de desaceleração, passando de 4,9% em 2025 para 4,4% em 2026 e 4,2% em 2027. Esse movimento está associado a desafios estruturais relevantes, sobretudo no setor imobiliário, além da transição para um modelo econômico mais orientado ao consumo doméstico. A Índia, por sua vez, segue como a economia mais dinâmica do grupo, com crescimento de 7,2% em 2025, 6,5% em 2026 e 6,6% em 2027, sustentada pelo consumo interno, pela expansão dos investimentos e pelo bom desempenho do setor de serviços.

Gráfico 1 - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países Selecionados - 2025 a 2027.



Fonte: World Bank, Global Economic Prospects database - Atualizado em março de 2026.

Na América Latina, observa-se um crescimento mais moderado e heterogêneo. A Argentina apresenta expansão de 4,6% em 2025, com estabilização em 4,0% em 2026 e 2027, refletindo processo de recuperação após um período recente de retração econômica, ainda que persistam desafios estruturais e consumo interno fragilizado.

O Brasil, por sua vez, registrou crescimento de 2,3% em 2025, com desaceleração para 2,0% em 2026, resultado, principalmente, da volatilidade dos preços internacionais de commodities, como o petróleo, com potenciais impactos inflacionários. Para 2027, projeta-se retomada para 2,3%, o que evidencia resiliência, ainda que condicionada pelos efeitos de juros elevados e por um ritmo mais gradual de expansão do consumo e do investimento.

De forma geral, o cenário internacional ao longo do triênio é de cautela, com o crescimento global sustentado em grande medida pelo desempenho asiático, especialmente da China e da Índia,

ainda que em desaceleração. As economias desenvolvidas seguem enfrentando o desafio de evitar uma estagnação prolongada, enquanto as economias latino-americanas mantêm expansão mais moderada, o que reforça a necessidade de avanços estruturais que ampliem a competitividade e permitam maior convergência com economias emergentes mais dinâmicas.

CENÁRIO NACIONAL

A economia brasileira apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, segundo os dados atualizados do Produto Interno Bruto (PIB). Em relação ao terceiro trimestre de 2025, considerando o ajuste sazonal, o PIB cresceu 0,15%, indicando continuidade da expansão econômica, embora em ritmo moderado. O resultado revela uma economia ainda resiliente, mas marcada por desaceleração em alguns componentes importantes da demanda, especialmente o investimento.

Pela ótica da oferta, o principal destaque do trimestre foi o setor de serviços, que avançou 0,75% frente ao trimestre imediatamente anterior, reforçando seu papel como principal sustentáculo da atividade econômica nacional. A agropecuária também registrou leve crescimento, de 0,47%, enquanto a indústria apresentou retração de 0,69%, sinalizando perda de dinamismo no setor produtivo industrial ao fim do ano.

Na ótica da demanda, observou-se comportamento misto. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) recuou 3,47% no trimestre, evidenciando maior cautela das empresas diante do ambiente de juros elevados e incertezas econômicas. O consumo das famílias ficou praticamente estável, com leve queda de 0,05%, enquanto o consumo do governo avançou 0,96%. No setor externo, as exportações cresceram 3,66% e as importações caíram 1,82%, contribuindo positivamente para o desempenho agregado.

Na comparação com o quarto trimestre de 2024, o PIB brasileiro cresceu 1,8%, confirmando a manutenção de uma trajetória positiva ao longo do ano. Nessa base de comparação, a agropecuária foi novamente o grande destaque, com expansão de 12,1%, refletindo o bom desempenho do setor primário em 2025. Os serviços cresceram 2,0% e a indústria avançou 0,6%. Pela ótica da demanda, o consumo do governo aumentou 3,6%, as exportações cresceram expressivos 14,2% e o consumo das famílias avançou 1,0%. Em contrapartida, a FBCF recuou 3,1%, mostrando enfraquecimento do investimento produtivo, enquanto as importações apresentaram leve queda de 0,3%.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 4º Trimestre de 2025.

Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGRO.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
4º Trimestre de 2025/ 3º Trimestre de 2025 (%) (Com ajuste Sazonal)	0,47%	-0,69%	0,75%	0,15%	-3,47%	-0,05%	0,96%	3,66%	-1,82%
4º Trimestre de 2025/ 4º Trimestre de 2024 (%)	12,10%	0,60%	2,00%	1,80%	-3,10%	1,00%	3,60%	14,20%	-0,30%
Ano de 2025 (%) (Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal))	11,7%	1,4%	1,8%	2,3%	2,9%	1,3%	2,1%	6,2%	4,5%
Valores Correntes no 4º Trimestre de 2025 (R\$)	101,5 bilhões	648,4 bilhões	2,0 trilhões	3,3 trilhões	525,3 bilhões	2,1 trilhões	710,8 bilhões	576,1 bilhões	525,6 bilhões
Valores Correntes no Ano de 2025 (R\$)	775,3 bilhões	2,6 trilhões	7,6 trilhões	12,7 trilhões	2,1 trilhões	8,1 trilhões	2,4 trilhões	2,27 trilhões	2,23 trilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 4º Trimestre de 2025 = 16,8%									
Taxa de Poupança (POUP/PIB) no 4º Trimestre de 2025 = 14,4%									

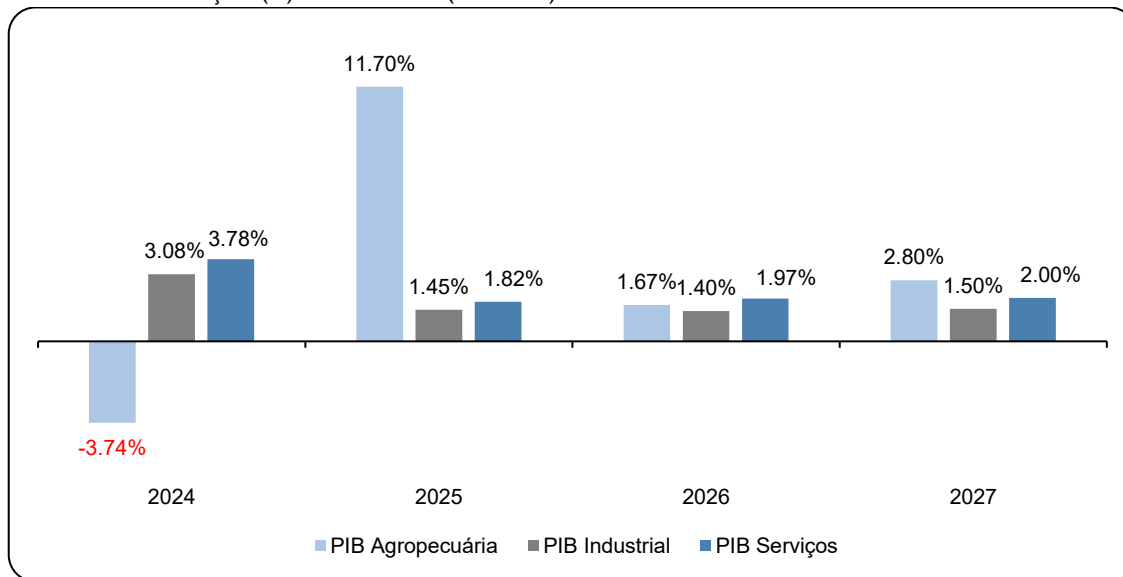
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

No acumulado de 2025, a economia brasileira registrou crescimento de 2,3% em comparação ao ano anterior. Pela ótica da oferta, a agropecuária liderou a expansão, com alta de 11,7%, seguida pelos serviços, com 1,8%, e pela indústria, com 1,4%. Na demanda, destacaram-se o crescimento de 6,2% das exportações e de 2,9% da FBCF, além de avanços de 2,1% no consumo do governo e de 1,3% no consumo das famílias. As importações cresceram 4,5%, acompanhando o maior nível de atividade ao longo do ano.

Em valores correntes, o PIB do quarto trimestre de 2025 somou aproximadamente R\$ 3,3 trilhões. Os serviços responderam pela maior parcela da produção, com cerca de R\$ 2,0 trilhões, seguidos pela indústria, com R\$ 648,4 bilhões, e pela agropecuária, com R\$ 101,5 bilhões. Do lado da demanda, o consumo das famílias alcançou R\$ 2,1 trilhões, reafirmando sua centralidade na sustentação da economia brasileira. A taxa de investimento permaneceu em 16,8% do PIB, enquanto a taxa de poupança ficou em 14,4%, sugerindo certa limitação estrutural da capacidade de financiamento interno da expansão econômica.

De forma geral, o quarto trimestre de 2025 confirmou uma economia em crescimento, porém com sinais claros de composição desigual. O avanço do PIB foi sustentado principalmente pelo setor de serviços, pelo bom desempenho da agropecuária e pela contribuição positiva do setor externo. Por outro lado, a retração da indústria no trimestre e a queda dos investimentos indicam limites para uma aceleração mais robusta da atividade econômica. Assim, o cenário nacional ao final de 2025 revelou uma expansão moderada, ainda condicionada pelo custo elevado do crédito, pela fragilidade do investimento privado e por um ambiente macroeconômico que exige maior confiança para sustentar taxas mais altas de crescimento.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2024 a 2027.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A análise do desempenho setorial do PIB brasileiro entre 2024 e 2027 revela dinâmicas distintas entre os principais setores da economia, marcadas pela elevada volatilidade da Agropecuária e pela maior estabilidade de Indústria e Serviços.

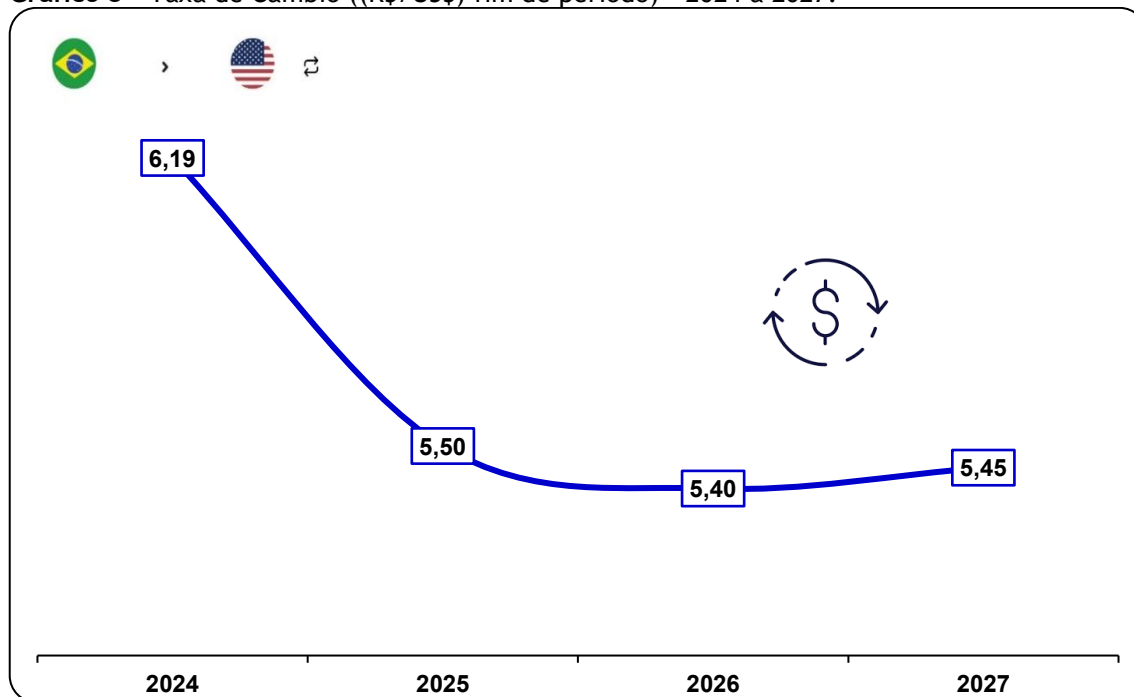
Após um ano de retração verificado no setor da Agropecuária em 2024, no ano seguinte, em 2025, o referido setor registrou forte expansão de 11,70%, impulsionada por condições climáticas favoráveis e por ganhos expressivos de produtividade, consolidando-se como o principal motor do crescimento agregado no referido ano. A Indústria avançou 1,45%, sustentada sobretudo pelo segmento de Eletricidade, gás e água, pela construção civil e por segmentos da transformação, enquanto os Serviços cresceram 2,8%, apoiados no comércio, nos transportes, alojamento e alimentação e serviços prestados às famílias. Observa-se que os setores da Indústria e dos Serviços registraram uma desaceleração do crescimento quando comparados com o ano de 2024.

Para 2026, as projeções, conforme a mediana do Relatório Focus do Banco Central, apontam acomodação das taxas setoriais. A Agropecuária deve crescer cerca de 1,67%, retornando a um patamar mais estável após o choque negativo de 2025. A Indústria deve avançar aproximadamente 1,40%, ainda condicionada pelo ambiente de juros elevados, embora com perspectiva de melhora gradual à medida que o ciclo de afrouxamento monetário avance. Os Serviços devem sustentar crescimento em torno de 1,97%, apoiados pela continuidade do emprego formal, pelos programas de transferência de renda e pela expansão moderada do crédito.

Em 2027, espera-se uma convergência gradual das taxas de crescimento entre os setores, com a Agropecuária avançando cerca de 2,80%, a Indústria 1,50% e os Serviços 2,00%. Essas projeções estão condicionadas à trajetória de queda da Selic, à retomada dos investimentos privados e à evolução do cenário fiscal. A estabilidade projetada para o biênio 2026-2027 reflete a expectativa de que os efeitos da política monetária contracionista se dissipem gradualmente e de que a economia brasileira retome um ritmo de crescimento mais equilibrado entre os setores.

Em síntese, o período entre 2024 e 2027 é caracterizado pela volatilidade da Agropecuária como variável determinante do desempenho agregado, enquanto Indústria e Serviços funcionam como âncoras de estabilidade. Essa heterogeneidade setorial reforça a necessidade de políticas econômicas capazes de acomodar diferentes ritmos e dinâmicas produtivas, assegurando uma trajetória de crescimento mais equilibrada e sustentável.

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio ((R\$/US\$) fim de período) - 2024 a 2027.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A trajetória da taxa de câmbio (R\$/US\$) entre 2024 e 2027 evidencia um movimento de apreciação do real no período recente, seguido por expectativas de depreciação moderada e relativa estabilidade no médio prazo.

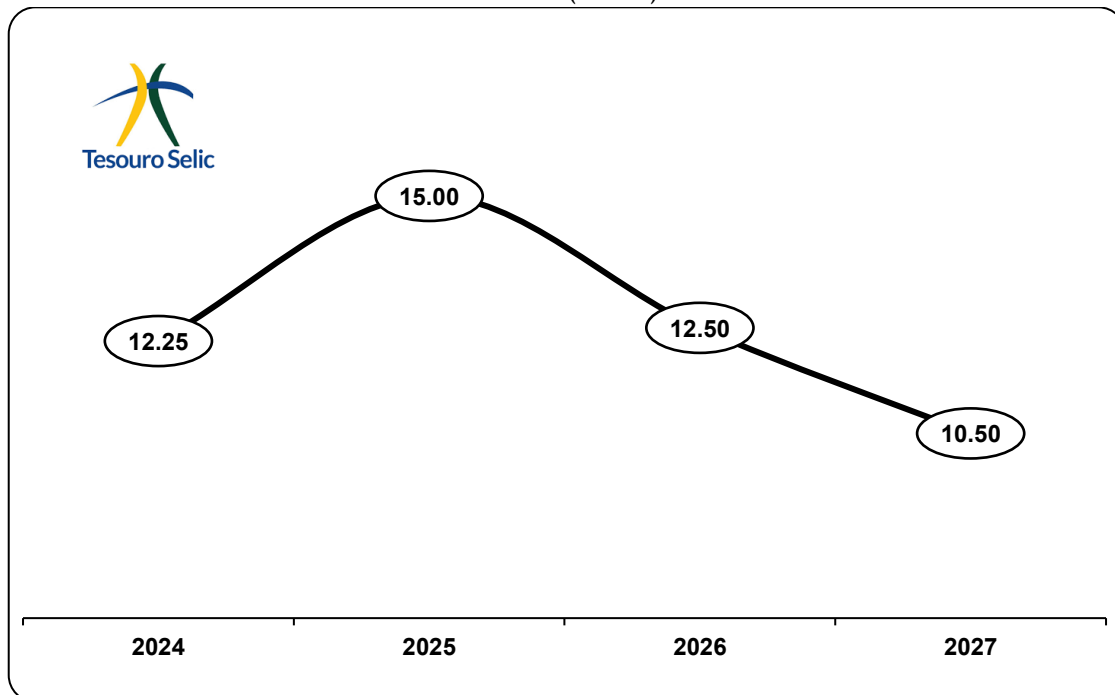
Em 2024, a cotação do dólar encerrou o período em torno de R\$ 5,22, refletindo um ambiente de maior incerteza econômica e pressões tanto internas quanto externas. Em 2025, observa-se reversão parcial desse cenário, com o câmbio recuando para R\$ 4,84, indicando melhora nas expectativas e maior confiança dos agentes econômicos.

Para os anos seguintes, segundo as projeções de mercado captadas pelo Relatório Focus do Banco Central, a taxa de câmbio tende a apresentar depreciação moderada e, em seguida,

comportamento mais estável. Em 2026, a expectativa é de retorno do câmbio ao patamar de R\$ 5,40, movimento associado ao aumento da incerteza externa e às pressões decorrentes do cenário geopolítico. Já em 2027, projeta-se pequena elevação adicional para R\$ 5,45, sugerindo acomodação em um novo patamar de equilíbrio.

Esse movimento reflete um cenário de maior previsibilidade no médio prazo, ainda condicionado a fatores como a condução da política fiscal doméstica e o ambiente internacional, especialmente no que diz respeito à trajetória dos juros globais e ao fluxo de capitais para economias emergentes.

Gráfico 4 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2024 a 2027.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

O cenário econômico de março de 2026 é caracterizado por elevada incerteza no ambiente internacional, em grande medida decorrente da intensificação das tensões geopolíticas no Oriente Médio, envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã. Esse contexto resultou em elevação expressiva dos preços internacionais do petróleo, configurando um choque de oferta adverso com potenciais repercussões inflacionárias globais. Diante desse quadro, as principais autoridades monetárias, como o Federal Reserve (Fed) e o Banco Central Europeu (BCE), optaram por manter suas taxas de juros inalteradas, adotando postura cautelosa enquanto avaliam os impactos desse choque sobre a dinâmica inflacionária.

No caso brasileiro, os efeitos desse cenário externo são ambíguos. Por um lado, a elevação dos preços dos combustíveis pressiona diretamente o IPCA, tanto por meio dos itens administrados quanto via efeitos indiretos sobre custos de transporte e produção, contribuindo para a disseminação da inflação entre diferentes setores da economia. Por outro lado, na condição de exportador líquido de commodities, o Brasil pode se beneficiar parcialmente da melhora nos termos de troca, o que tende a sustentar o fluxo cambial e mitigar pressões de depreciação da moeda. Ainda assim, sob a ótica da política monetária, prevalece a preocupação com a possível persistência dessas pressões inflacionárias e sua eventual contaminação das expectativas.

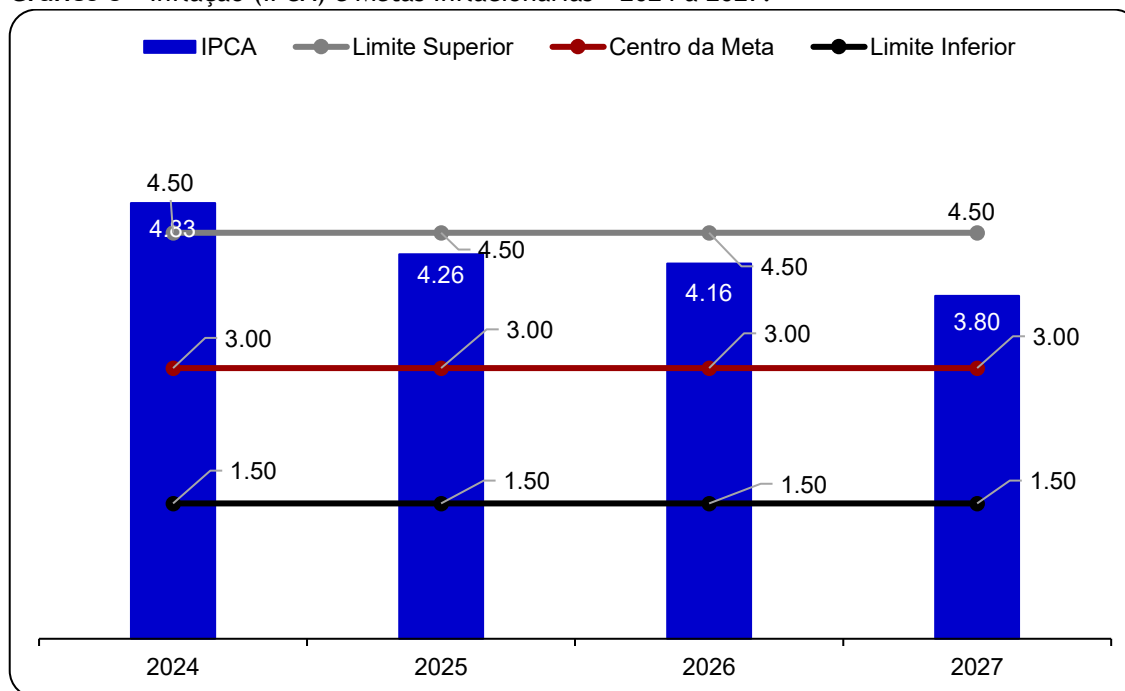
No plano doméstico, a economia brasileira apresenta sinais mistos. O IPCA de fevereiro registrou aceleração, impulsionada tanto por bens industriais quanto pela inflação de serviços, esta última associada a um mercado de trabalho ainda aquecido. A taxa de desemprego, em patamar historicamente baixo, e a continuidade da geração de empregos formais indicam resiliência da atividade econômica no curto prazo. Entretanto, considerando as defasagens inerentes à política

monetária, é plausível antecipar que o ciclo de aperto implementado anteriormente ainda produzirá efeitos contracionistas ao longo dos próximos trimestres, desacelerando gradualmente a atividade e moderando o mercado de trabalho, o que tende a reduzir pressões salariais e contribuir para a desaceleração da inflação de serviços.

Nesse contexto, a Selic encerrou 2024 em 11,75% a.a. e 2025 em 12,25% a.a., refletindo a manutenção de um patamar restritivo ao longo do ciclo de ajuste monetário. Para 2026, a mediana do Relatório Focus projeta a taxa em 12,50% ao final do período, e, para 2027, em 10,50% a.a., sinalizando o início de uma trajetória gradual de flexibilização monetária à medida que as condições inflacionárias permitam. A decisão do Copom em março de 2026 de iniciar um ciclo de afrouxamento monetário, com a redução de 25 pontos-base na taxa Selic, pode ser interpretada como consistente com uma abordagem *forward-looking* da política monetária. Ainda que a inflação corrente apresente pressões no curto prazo, parte relevante desses movimentos decorre de choques de custos de natureza transitória, enquanto a trajetória esperada da inflação permanece compatível com a convergência à meta no horizonte relevante.

Em síntese, a decisão do Copom reflete um balanço entre os riscos inflacionários de curto prazo, associados principalmente ao cenário externo, e os efeitos defasados da política monetária sobre a atividade doméstica. Ao sinalizar um início gradual de flexibilização, a autoridade monetária busca compatibilizar a convergência da inflação à meta com a sustentação da atividade econômica, preservando, ao mesmo tempo, a ancoragem das expectativas.

Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2024 a 2027.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A análise da trajetória do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 2024 e 2027 evidencia um movimento de convergência gradual em direção ao centro da meta estipulado pelo Sistema de Metas de Inflação, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com centro de 3,00% e intervalos de tolerância de 150 pontos-base para cima e para baixo, ou seja, teto de 4,50% e piso de 1,50%.

Em 2024, o IPCA encerrou o ano em 4,62%, dentro do intervalo de tolerância então vigente (teto de 4,75%). Em 2025, o índice registrou leve aceleração, fechando em 4,83%, superando o teto da meta de 4,50%, resultado influenciado pela resiliência da demanda doméstica, pelas pressões sobre bens industriais e pela persistência da inflação de serviços. A partir de 2026, as projeções da mediana do Relatório Focus apontam trajetória descendente, com o IPCA recuando para 4,16% em

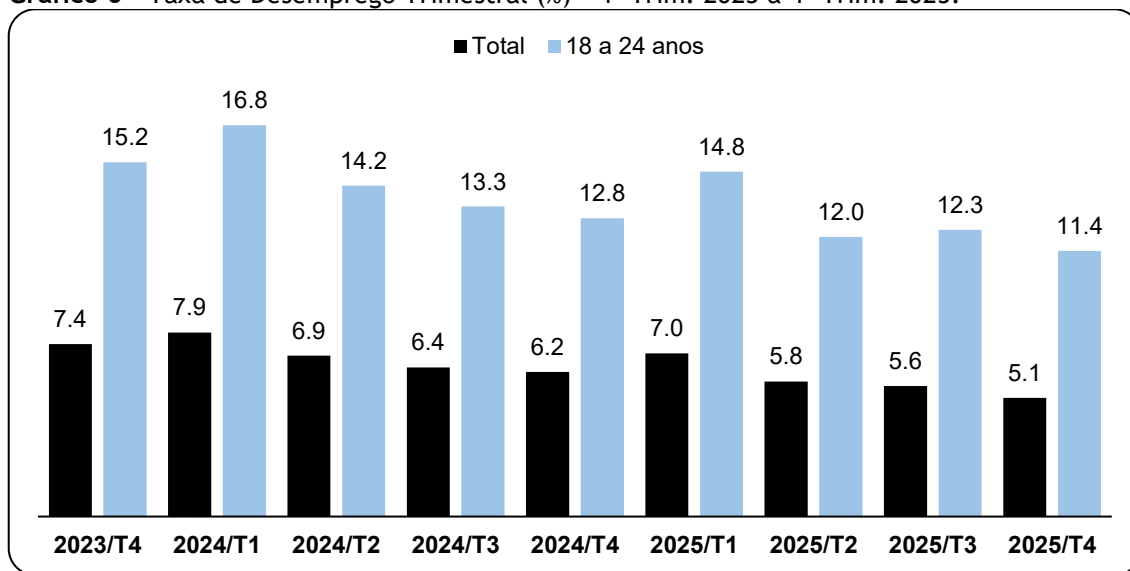
2026 e 3,80% em 2027, reaproximando-se do centro da meta.

Essa trajetória descendente a partir de 2026 sinaliza que a condução da política monetária pelo Comitê de Política Monetária (Copom) tem sido consistente com o processo desinflacionário. A ancoragem gradual das expectativas para 2026 e 2027 indica que a comunicação do Banco Central tem ganhado credibilidade junto ao mercado, embora a convergência plena ao centro da meta ainda não esteja consolidada, tratando-se de projeções e não de resultados realizados.

Os efeitos da política monetária se manifestam de forma assimétrica na atividade econômica. Por um lado, o mercado de trabalho permanece aquecido, com a taxa de desocupação em mínimos históricos, o que, paradoxalmente, representa um fator de pressão inflacionária pelo canal dos serviços, já que salários mais altos alimentam custos e consumo. Por outro, a trajetória do PIB dá sinais de enfraquecimento, evidenciando que a desaceleração econômica provocada pelo aperto monetário já está em curso. Esse é o dilema central do Copom: calibrar juros suficientemente restritivos para conter a inflação sem aprofundar excessivamente a contração da atividade.

Nesse contexto, na reunião de março de 2026, o Copom deu início a um ciclo de afrouxamento monetário, optando por um corte inicial de 25 pontos-base na taxa Selic, ritmo cauteloso que reflete a necessidade de equilibrar a flexibilização gradual com a vigilância sobre os riscos inflacionários ainda presentes. Entre esses riscos, destaca-se a possibilidade de fechamento do Estreito de Ormuz, corredor estratégico responsável pelo escoamento de aproximadamente 20% da produção mundial de petróleo. Os efeitos desse choque já são evidentes no cenário doméstico, com elevação nos preços dos combustíveis, sobretudo gasolina e diesel. Dado que o principal modal de transporte utilizado no Brasil é o rodoviário, esse choque de custos tem potencial de se propagar por toda a cadeia de suprimentos, pressionando a inflação doméstica pelo lado dos custos de produção, o que poderia forçar o Copom a interromper ou reverter o ciclo de cortes antes do previsto.

Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 4º Trim. 2023 a 4º Trim. 2025.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

A série da taxa de desemprego para o período de 2023/T4 a 2025/T4 evidencia uma tendência consistente de queda ao longo do período, tanto no agregado total quanto no recorte de jovens de 18 a 24 anos, com algumas oscilações pontuais associadas à sazonalidade.

No agregado total, o desemprego partiu de 7,4% em 2023/T4, subiu levemente para 7,9% em 2024/T1 – reflexo típico do encerramento dos contratos temporários de fim de ano – e, a partir daí, entrou em trajetória de queda relativamente consistente, encerrando 2024 em 6,2%. Em 2025, apesar de uma alta temporária no primeiro trimestre (7,0%), a tendência de queda se intensificou, atingindo 5,8% no segundo trimestre, 5,6% no terceiro e 5,1% no quarto trimestre, menor nível de toda a série. Esse movimento indica uma melhora gradual e difundida

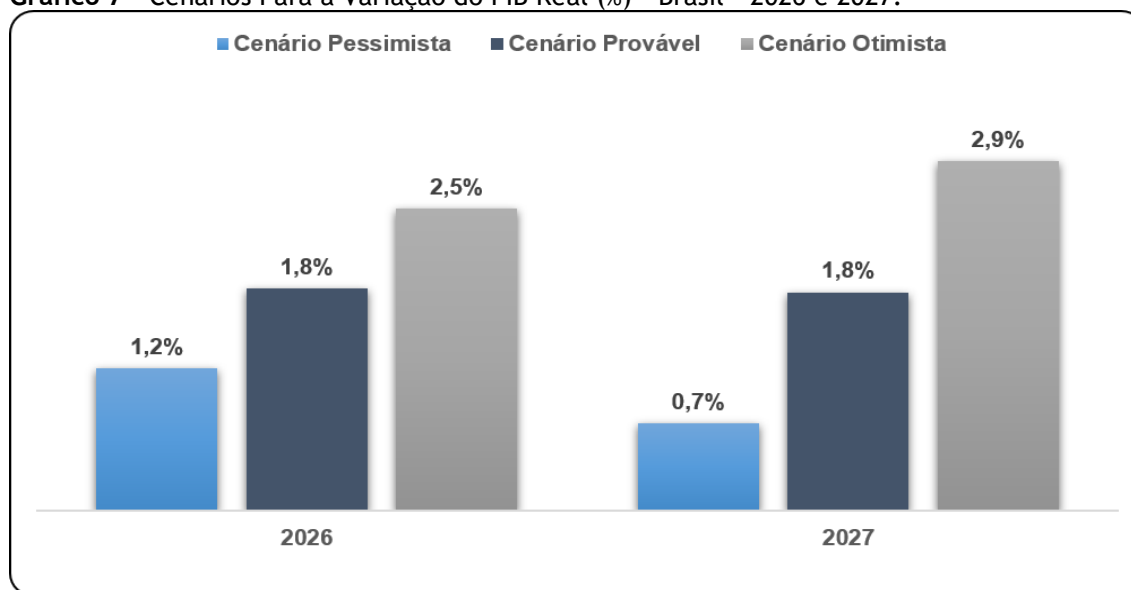
do mercado de trabalho, associada ao aquecimento do setor de serviços, à expansão da massa salarial e à continuidade da geração de empregos formais.

Para o grupo de 18 a 24 anos, o comportamento é semelhante, porém em níveis estruturalmente mais elevados, o que é esperado, dada a maior dificuldade de inserção enfrentada pelos jovens. A taxa saiu de 15,2% em 2023/T4, atingiu pico de 16,8% em 2024/T1 e, em seguida, seguiu trajetória de queda, encerrando 2024 em 12,8%. Em 2025, após alta no T1 (14,8%), o indicador recuou consistentemente até 12,0% no T2, 12,3% no T3 e 11,4% no T4, também o menor valor observado na série. Ainda assim, a taxa de desemprego juvenil permanece mais do que o dobro da média nacional, evidenciando dificuldades estruturais de inserção produtiva, agravadas pelo descompasso entre a qualificação exigida por uma economia em transição tecnológica e a formação educacional disponível.

Focando nos dois últimos trimestres (2025/T3 e 2025/T4), percebe-se consolidação da melhora do mercado de trabalho. O desemprego total cai de 5,6% para 5,1%, enquanto o dos jovens recua de 12,3% para 11,4%. Essa queda simultânea em ambos os grupos sugere um avanço mais disseminado, e não restrito a um segmento específico. Além disso, o fato de ambos atingirem mínimas históricas da série indica um momento particularmente favorável para o mercado de trabalho brasileiro.

Em termos prospectivos, mantido o padrão recente, é razoável esperar continuidade da tendência de queda no curto prazo, porém em ritmo mais lento. À medida que o desemprego se aproxima de níveis mais baixos, torna-se progressivamente mais difícil reduzi-lo sem mudanças estruturais mais profundas. Uma projeção plausível para os próximos trimestres seria a taxa total estabilizar-se entre 4,8% e 5,2% e a taxa de 18 a 24 anos oscilar entre 10,5% e 11,5%. Essa trajetória, contudo, depende de fatores como o ritmo de crescimento econômico, a condução da política monetária e a dinâmica do mercado informal, de modo que qualquer desaceleração econômica mais pronunciada pode interromper ou reverter parcialmente essa tendência.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2026 e 2027.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Em 2026, o PIB brasileiro tende a continuar sendo condicionado por uma política monetária ainda restritiva, embora já em processo inicial de corte de juros. Após ter permanecido em 15,0% ao ano entre junho de 2025 e janeiro de 2026, a taxa Selic foi reduzida para 14,75% em março de 2026, mas segue em patamar elevado, o que ainda limita uma expansão mais intensa do consumo das famílias e dos investimentos das empresas. O próprio Banco Central do Brasil tem ressaltado que o ambiente macroeconômico continua marcado por expectativas de inflação acima da meta e por fortes incertezas externas. Além das tensões

comerciais causadas pela política tarifária dos Estados Unidos, surgiu o atual conflito no Oriente Médio, que passou a representar um novo foco de risco para a economia mundial em 2026, ao elevar a volatilidade dos preços do petróleo e do gás, pressionar os custos de transporte e ampliar a incerteza nos mercados financeiros. Já para o ano de 2027, a economia brasileira deve apresentar crescimento econômico muito próximo ao ano de 2025, que deverá ser impulsionado por uma esperada queda dos juros no Brasil e no exterior.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2026 e 2027, em três possíveis cenários (Gráfico 7). A economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 1,8%, respectivamente para os anos de 2026 e 2027. No cenário pessimista espera-se crescimento de 1,2% para 2026, e 0,7% para 2027, enquanto para o cenário otimista espera-se expansões de 2,5% em 2026, e 2,9% em 2027.

CENÁRIO LOCAL

Em 2025, a agropecuária cearense registrou crescimento de 2,55%, resultado significativamente inferior ao observado em 2024. O desempenho do setor foi condicionado, sobretudo, pela menor produção das lavouras de sequeiro, com destaque para milho, feijão e arroz, em um contexto de menor volume de chuvas, baixa produtividade e maior incerteza climática. Em contrapartida, a pecuária apresentou contribuição positiva relevante, especialmente por meio do avanço dos rebanhos bovino e suíno e da atividade leiteira. Também houve desempenho favorável em parte da fruticultura e da horticultura irrigadas.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 4º Trim. 2024 a 4º Trim. 2025 (*).

Setores e Atividades	4º Trim. 2024 (**)	Ano de 2024 (**)	1º Trim. 2025 (**)	2º Trim. 2025 (**)	3º Trim. 2025 (**)	4º Trim. 2025 (**)	Ano de 2025 (**)
Agropecuária	7,51	10,90	9,94	-5,75	4,20	4,86	2,55
Indústria	9,82	10,50	3,00	3,41	1,24	0,59	1,99
Serviços	4,37	4,53	3,72	3,28	2,85	2,57	3,09
Valor Adicionado Bruto (VAB)	5,55	6,00	3,95	2,74	2,52	2,33	2,86
PIB	5,45	5,87	3,93	2,80	2,53	2,34	2,87

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação ao mesmo período do ano anterior;

A indústria cearense encerrou 2025 com expansão de 1,99%, mantendo-se em ritmo de crescimento menor que no ano anterior. O resultado reflete um processo de desaceleração verificado ao longo do ano, embora os principais segmentos industriais tenham permanecido com contribuição positiva no acumulado anual. A indústria de transformação exerceu a maior influência favorável sobre o desempenho do setor, acompanhada pela construção e pelo segmento de eletricidade, gás e água. No entanto, a heterogeneidade intrassetorial permaneceu elevada, com avanços mais relevantes em produtos químicos, metalurgia e alimentos, ao passo que confecção, têxteis e máquinas e materiais elétricos apresentaram retração.

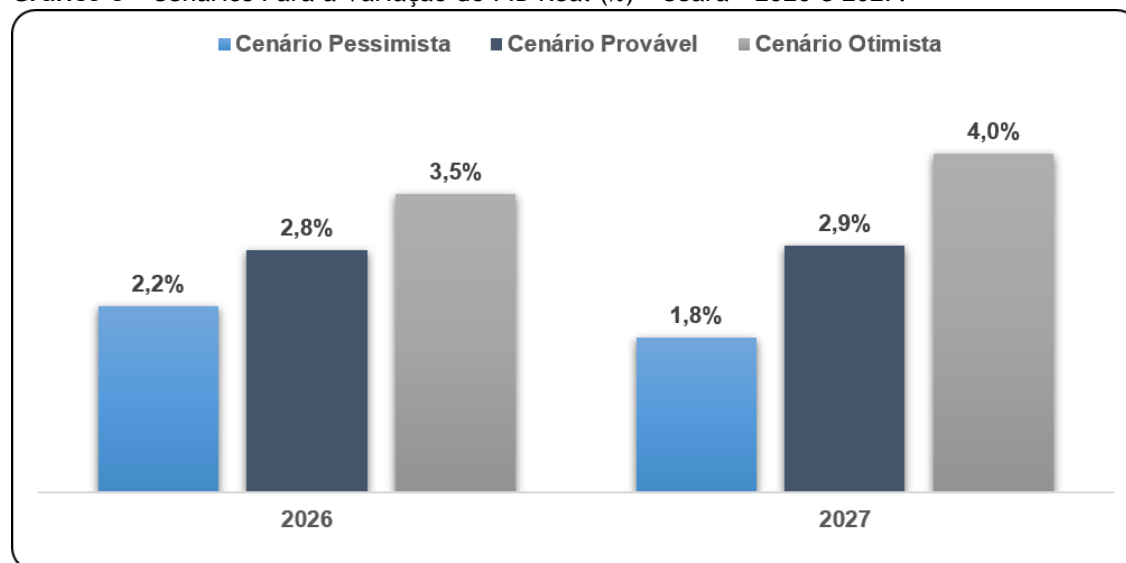
O setor de serviços apresentou crescimento de 3,09% em 2025, configurando o melhor desempenho entre os grandes setores da economia cearense no período. A expansão foi sustentada, principalmente, pelos segmentos de transporte, armazenagem e correios,

alojamento e alimentação, serviços prestados às famílias, comércio e serviços financeiros. A administração pública também contribuiu positivamente, em razão de sua elevada participação na estrutura econômica estadual.

Como resultado, o Valor Adicionado Bruto do Ceará cresceu 2,86% em 2025, enquanto o PIB estadual avançou 2,87%. Em síntese, a economia cearense manteve trajetória de crescimento no período, porém em intensidade inferior à observada em 2024, refletindo a desaceleração da agropecuária e da indústria, parcialmente compensada pela maior resiliência do setor de serviços.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2026 e 2027, em três possíveis cenários (Gráfico 8). A economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimento de 2,8% para o ano de 2026, e 2,9% para o ano de 2027. Já no cenário pessimista, espera-se crescimentos de 2,2% para 2026, e de 1,8% para 2027, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 3,5% em 2026, e 4,0% em 2027.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Ceará - 2026 e 2027.



Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

Autores:

André Oliveira Nogueira
Bruno Serra Batista Moreno
Caio Rocha Antunes Silveira
Caua Souza da Cunha Teófilo
Cauã Mendes Carvalho
Daniel Antônio Mello de Assis
Daniel Bezerra da Costa
Daniel Santiago Mourão Filho
Danilo Pinheiro Aires
Davi Campos Sobral
Felipe Baquit Melo Glasner
Filipe Studart Norões Costa
Gabriel Gomes Teixeira
Guilherme Gonçalves Brito
Jaize da Costa Candido
João Guilherme Ferreira Holanda
Mariana Cristina Amorim Campos de Olivei
Marina Rocha Damasceno
Pedro Corrêa de Castro
Zion Jose Aguiar Lopes

